

Covas lamenta que as medidas venham tarde

São Paulo - O governador reeleito de São Paulo, Mário Covas (PSDB), lamentou que só agora o Governo federal tenha decidido promover um ajuste fiscal para enfrentar os efeitos da crise econômica mundial. "Está atrasado, pois demorou quatro anos para fazer o que São Paulo fez no primeiro ano de minha administração", afirmou Covas durante o programa *Gazeta Meio-Dia*, da CNT-Gazeta, ao tomar conhecimento das medidas anunciadas pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Na entrevista coletiva que deu, em seguida, na sede da emissora, Covas aconselhou o Governo a baixar as taxas de juros para compensar o ônus que, com certeza, o aumento da alíquota da CPMF e do Cofins representará para a população. "Acho que, concomitantemente com isso, algumas coisas deveriam ser feitas para ativar a economia", disse o governador paulista.

"Imagino que se fará alguma

coisa", adiantou Covas, acrescentando que chegou a essa conclusão ao ver que o presidente Fernando Henrique chamou a taxa de juros de flagelo no pronunciamento que fez pela televisão. Na opinião de Covas, o Governo federal escolheu os caminhos disponíveis para combater o déficit público, que são o aumento da receita e a redução das despesas. "Se escolheu os melhores impostos, aqueles que menos oneram o povo, é uma questão a examinar", observou.

Covas acha que o Governo terá dificuldade em cortar os gastos, em todos os níveis da administração, porque é muito baixa a margem de manobra do orçamento. "No caso da União, a faixa atinge uma quarta parte do orçamento", lembrou. Ele prevê que o corte de R\$ 8 bilhões nas despesas terá consequências nas obras do Governo, "porque se trata de um corte razoável que atingirá setores significativos, como o da educação e o da saúde".

"Talvez essa fosse menos dolorosa, se tivesse sido feita antes", advertiu o governador paulista, com a ressalva de que não pretendia, com isso, criticar o Governo federal. Na avaliação de Mário Covas, algumas medidas poderiam ter sido tomadas com mais rapidez. "Acho que a reforma administrativa, que ainda é mera afirmação, facilitaria muito", afirmou.

Covas acha que será muito difícil a União punir os secretários de Fazenda que fizeram gastos excessivos, como prevê o pacote de ajuste fiscal. "Não vejo como, a não ser que haja lei federal, pois não se pode criar uma coisa desse tipo por desejo do Governo, já que estamos numa federação", advertiu. No caso de São Paulo, nenhuma preocupação. "Meu secretário, Yoschiaki Nakano, é mais mão fechada do que eu", brincou o governador.

"Nosso maior problema não é o tipo de ajuste que o Governo está fazendo, são as consequên-

cias na economia", afirmou. "Se as consequências forem negativas, elas acabam afetando a receita do estado. E, se a receita diminuir, vai afetar a despesa, desde que se queira manter a regra de que só se deve gastar aquilo que se arrecadar", disse Covas. As taxas de juros, alertou, representam para a economia um ônus que acaba influyendo na capacidade de pagamento de imposto pelas empresas e no aumento do desemprego.

Covas confirmou que deverá conversar com o Presidente, mas disse que a audiência ainda não está marcada. Negou, porém, que vá se apresentar em Brasília como interlocutor dos governadores. "Nenhum governador precisa de interlocutor para falar com o Presidente. Se alguém achar que de alguma maneira eu posso ajudar, estou pronto a fazer esse trabalho. Não quero é me colocar na posição pretenciosa de ser o interlocutor", insistiu.